



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

2008
1º trimestre

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SECRETÁRIA
Silvana Parente

DIRETOR GERAL
Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
Marcelo Ponte Barbosa

ELABORAÇÃO
Marcos Costa Holanda
Marcelo Ponte Barbosa
Nicolino Trompieri Neto
Débora Varela Magalhães

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Ed. SEPLAG - 2º andar
60839-900 – Fortaleza-CE
www.ipece.ce.gov.br
ouvidoria@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO EXECUTIVO

O resultado primário de R\$ 666 milhões no primeiro trimestre de 2008 foi 25% superior ao mesmo período do ano anterior, o resultado nominal fechou o ano em R\$ 566 milhões.

A arrecadação do ICMS apresentou um crescimento real de 17,5%, onde o comércio (34,2%), os combustíveis (20,7%) e a indústria (15,6%) foram os setores mais representativos. O IPVA aumentou em 16% e o FPE aumentou 27,4%. As operações de crédito no primeiro trimestre de 2008 aumentaram consideravelmente em 55,04%.

As despesas com pessoal ativo caíram em 4,2%, representando, no primeiro trimestre de 2008, 27% da RCL. Os investimentos e as inversões financeiras aumentaram em 3 vezes e 8 vezes, respectivamente. A conta Outras Despesas Correntes aumentou em 10,6%, principalmente o componente discricionário dos gastos, que aumentou 11,7%. O Serviço da Dívida caiu em 11,5%, a qual é composta pelos juros e encargos e amortizações, que caíram, respectivamente, em 6,7% e 14%.

Apesar de o aporte do FUNDEB ter aumentado em 59%, o retorno cresceu mais que o dobro, de modo que a perda com o fundo caiu 34%. Os gastos com a previdência aumentaram em 2,4%, mas mantiveram-se em torno de 13,4% da RCL. A dívida estadual caiu 26,5%, representando 31% da RCL.

1 - RESULTADO FISCAL

O primeiro trimestre de 2008 se encerra com a obtenção de um resultado primário acumulado da ordem de R\$ 666 milhões, apresentando um crescimento real de 25% com relação ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado Nominal totalizou R\$ 566 milhões, um aumento real de 43% em relação ao ano anterior.

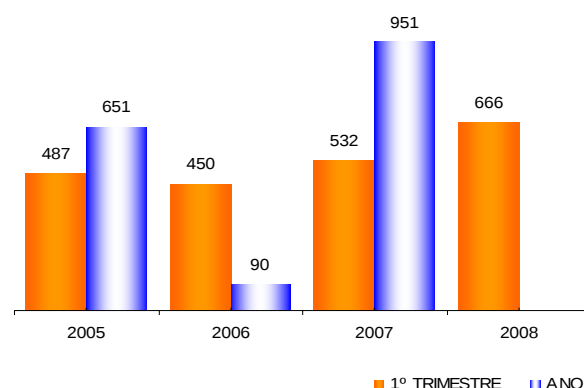
TABELA 1 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

DISCRIMINAÇÃO	mar/07	dez/07	mar/08
1. Receitas	1.801	7.677	2.266
Receitas de Transferências	718	3.208	934
FPE	656	2.818	874
Outras	62	390	60
Receitas de Arrecad. Própria	1.083	4.469	1.333
ICMS	879	3.867	1.081
Outras	203	602	252
2. Transferências aos Municípios	265	1.041	336
3. Receita Líquida ⁽¹⁻²⁾	1.536	6.635	1.931
4. Despesas não Financeiras	1.028	5.714	1.264
Pessoal e Encargos	669	3.136	727
OCC	359	2.577	537
Investimento	12	562	42
Outras Despesas de Capital	2	88	19
Sentenças Judiciais	2	8	22
Outras Despesas Correntes	343	1.919	454
5. Resultado Primário ⁽³⁻⁴⁾	508	922	666
6. Juros da Dívida ^(Líquido Devido)	39	132	19
7. Amortizações	103	419	101
8. Nec. De Financiamento ⁽⁶⁺⁷⁻⁵⁾	-366	-371	-546
9. Alienação de Bens	0	0	0
10. Operações de Crédito	12	229	20
Internas	1	99	14
Externas	11	130	6
11 - Resultado Nominal ⁽⁹⁺¹⁰⁻⁸⁾	378	600	566

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará.

Elaboração: IPECE

GRÁFICO 1.1 – Resultado Primário a Preços Constantes



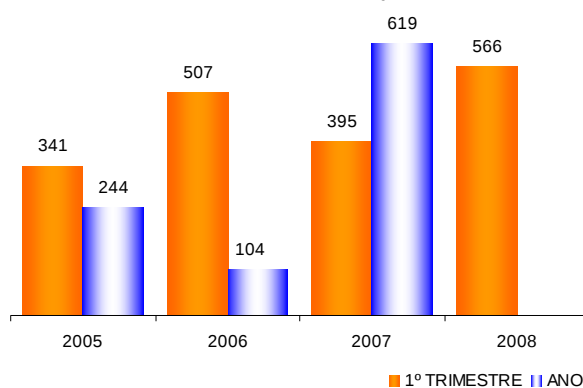
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

O resultado primário de R\$ 666 milhões apresentou um crescimento real de 25% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Já o Resultado Nominal de do primeiro trimestre de 2008 teve um aumento real de 43% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo totalizado R\$ 566 milhões.

GRÁFICO 1.2 – Resultado Nominal a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE

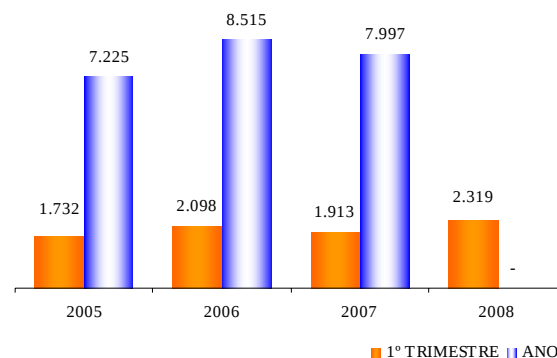
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

2 - RECEITAS

A Receita Orçamentária Total (Receita Corrente + Receita de Capital), no primeiro trimestre de 2008, totalizou R\$ 2.319 milhões, representando um aumento real de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior.

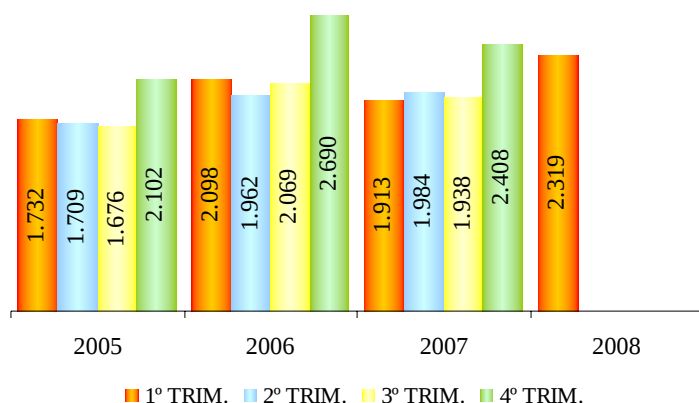
Ao observar o comportamento dos trimestres percebe-se uma certa sazonalidade entre os quatro trimestres do ano. Um padrão que pode ser observado é que o primeiro trimestre é, tradicionalmente o segundo melhor do ano. No período 2005-2007, a participação média do primeiro trimestre com relação ao resultado anual foi de 23%, em valores correntes.

GRÁFICO 2.1 – Receita Orçamentária Total a Preços Constantes



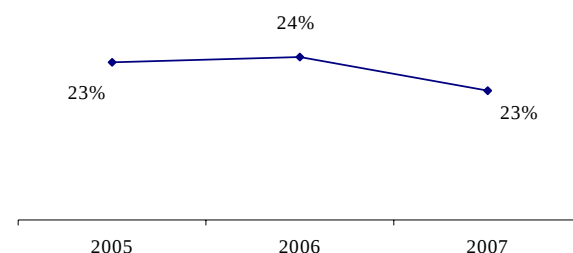
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 2.2 – Receita Orçamentária por Trimestre a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 2.3 – Receita Orçamentária Participação do 1º Trimestre no valor do ano



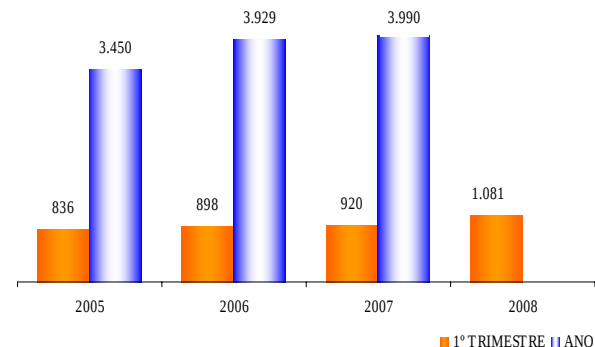
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE.
Medido a preços correntes.

ICMS

Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS, correspondendo, no primeiro trimestre de 2008, a 81% da Receita de Arrecadação Própria e cerca de 46,6% da Receita Orçamentária.

A arrecadação do ICMS vem demonstrando crescimento real desde 2005, apresentando, no primeiro trimestre de 2008 R\$ 1.081 milhões, o que representa um crescimento real de 17,5% em relação ao mesmo período de 2007.

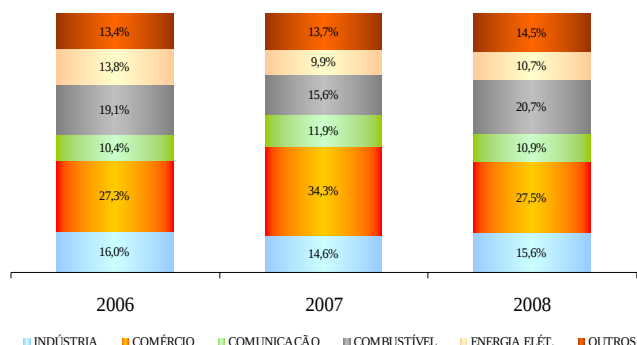
GRÁFICO 2.4 – ICMS a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

Ao analisar o ICMS dos setores, observa-se, no primeiro trimestre de 2008, que o comércio (27,9%), os combustíveis (20,7%) e a indústria (15,6%) continuam sendo os principais itens da arrecadação com relação a evolução desses setores, comparado ao ano anterior, percebe-se que a arrecadação do setor combustível cresceu 5 p.p, energia elétrica e indústria 1 p.p..

GRÁFICO 2.5 – ICMS - Participação dos Setores na Arrecadação 1º trimestre



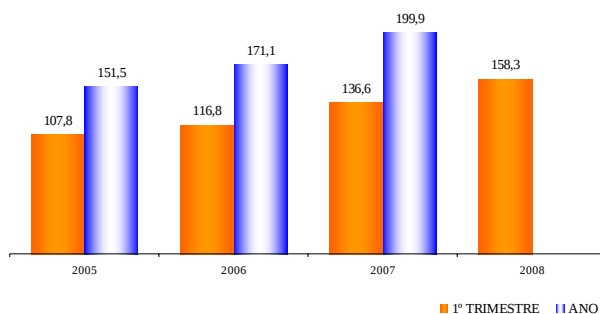
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE
Medido a preços correntes

IPVA

Das Receitas de Arrecadação Própria do Estado, o IPVA é o segundo mais importante, tendo contribuído com 12% dessas receitas em 2007.

No primeiro trimestre de 2008, a arrecadação do IPVA acumulou R\$ 158,3 milhões, demonstrando um aumento real de cerca de 16% com relação ao ano de 2007.

GRÁFICO 2.6 – IPVA a Preços Constantes



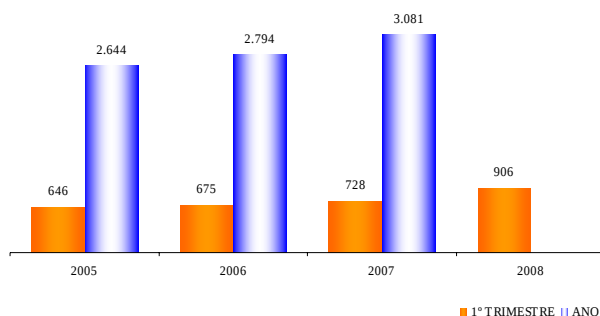
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

TRANSFERÊNCIAS

Além das Receitas de Arrecadação Própria, as Transferências da União são a outra grande fonte de receitas do Tesouro Estadual.

As Transferências responderam por 39% da Receita Orçamentária do Estado no primeiro trimestre de 2008. Neste período, as Transferências somaram R\$ 906 milhões, resultado 24,5% superior ao mesmo período do ano anterior, em termos reais, o que pode ser explicado pelo aumento da arrecadação de impostos da União.

GRÁFICO 2.7 – Transferências da União a Preços Constantes



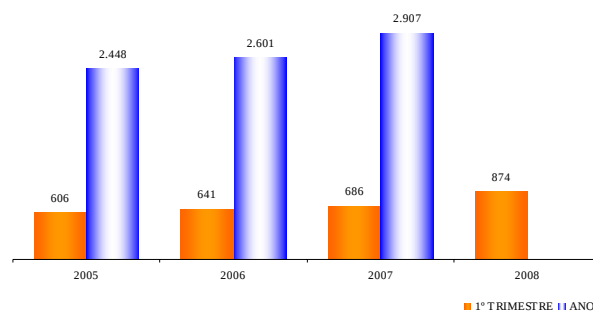
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

FPE

Das Transferências da União, a mais relevante é o FPE – Fundo de Participação dos Estados, correspondendo a cerca de 96,4% do total de transferências. Assim, a trajetória recente deste recurso espelha as Transferências da União, apresentando crescimento desde 2005.

As transferências do FPE totalizaram R\$ 874 milhões no primeiro trimestre de 2008, um aumento real de 27,4%, com relação ao mesmo período de 2007.

GRÁFICO 2.8 – FPE a Preços Constantes

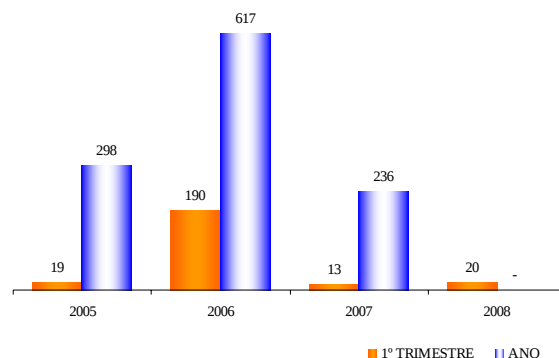


Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

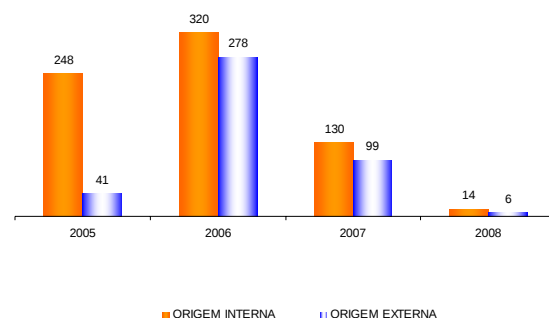
As Operações de Crédito acumularam R\$ 20 milhões no primeiro trimestre de 2008. Deste total, aproximadamente 32,5% compreendem créditos de origem externa e 67,5% de origem interna.

GRÁFICO 2.9 – Operações de Crédito a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 2.10 – Operações de Crédito por Origem a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

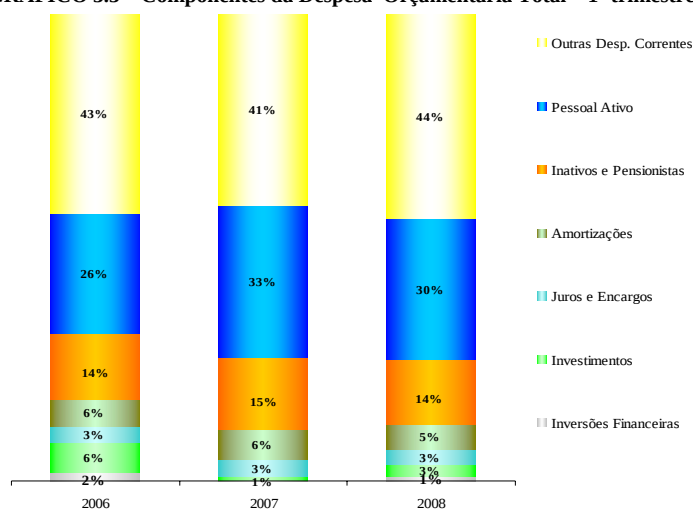
3 - DESPESAS

A Despesa Orçamentária Total do Governo do Estado no primeiro trimestre de 2008 somou R\$ 1.722 milhões. Este resultado foi 3,6% superior ao do mesmo período do ano anterior, em termos reais.

Como se pode observar existe um certo grau de sazonalidade da despesa orçamentária onde cada período é maior que o anterior.

Os principais componentes da Despesa Orçamentária Total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e o item “outras despesas correntes”.

GRÁFICO 3.3 – Componentes da Despesa Orçamentária Total – 1º trimestre



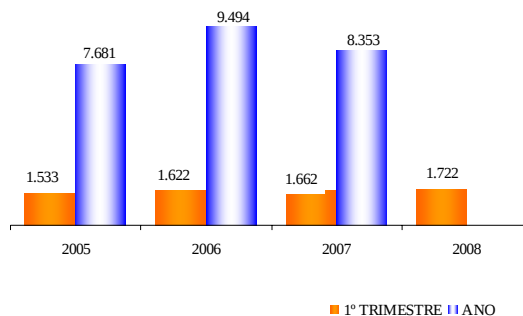
Fonte: SEPLAG – Elaboração: IPECE
Valores Correntes

PESSOAL ATIVO

As despesas com pessoal ativo corresponderam, no primeiro trimestre de 2008, a aproximadamente 30% de todas as despesas do estado, tendo atingido um total de R\$ 519 milhões neste período. Este valor demonstra uma queda real de 4,2% com relação ao ano de 2007.

As despesas com pessoal ativo no primeiro trimestre de 2008 representou 27% da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 3.1 – Despesa Orçamentária Total a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 3.2 – Despesa Orçamentária Total por Trimestre a Preços Constantes

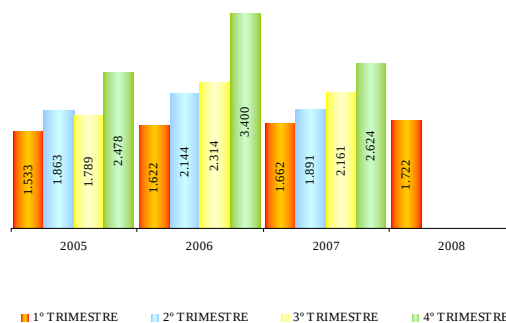
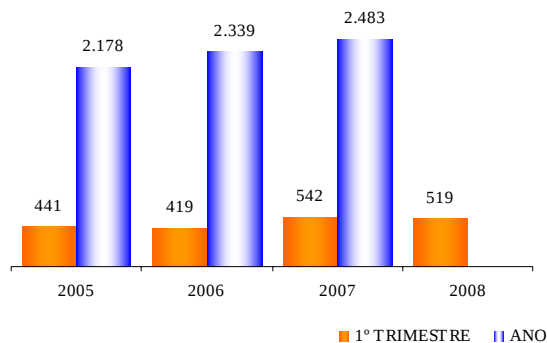
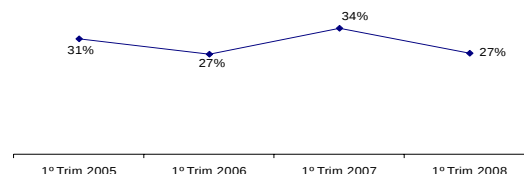


GRÁFICO 3.4 – Pessoal Ativo a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 3.5 – Pessoal Ativo / RCL 1º Trimestre



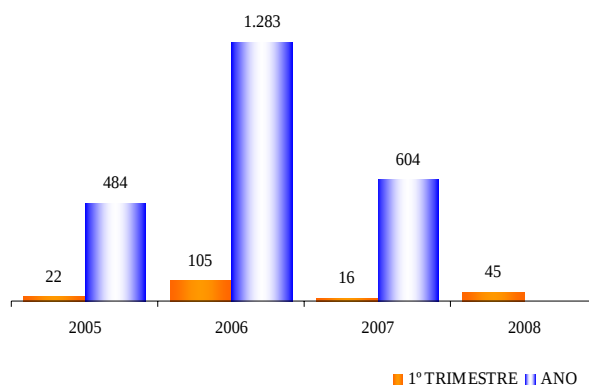
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE.
Medido a preços correntes.

INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS

Os gastos com investimentos somaram, no primeiro trimestre de 2008, R\$ 45 milhões, um aumento real de quase 3 vezes com relação ao mesmo período do ano anterior, mas ainda abaixo do montante de 2006.

Neste mesmo período, as Inversões Financeiras totalizaram R\$ 17,7 milhões.

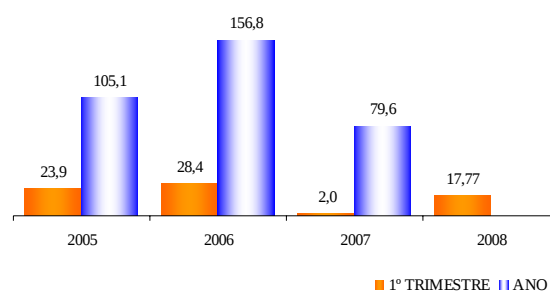
GRÁFICO 3.6 – Investimentos a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 3.7 – Inversões Financeiras a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE

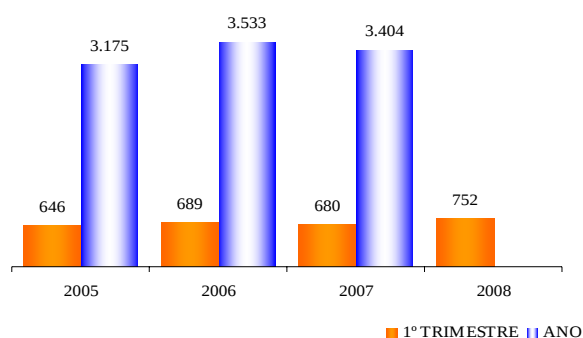
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As Outras Despesas Correntes correspondem a 44% do total de despesas do Estado. No primeiro trimestre de 2008, essas despesas somaram R\$ 752 milhões, um aumento real de aproximadamente 10,6% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Analisando o Gráfico 3.9, que apresenta as participações no total das “outras despesas correntes”, percebe-se que a maior parte refere-se às transferências aos municípios (45%), ao aporte do FUNDEB (23%) e à locação de mão-de-obra (15%).

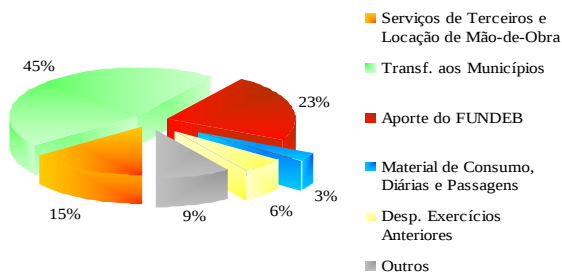
GRÁFICO 3.8 – Outras Despesas Correntes a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

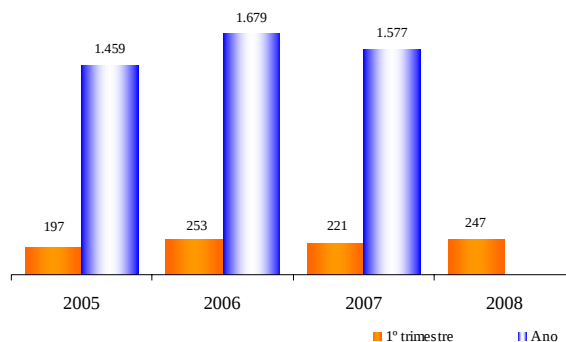
GRÁFICO 3.9 – Outras Despesas Correntes 1º Trimestre 2008



Fonte: SEPLAG – Elaboração: IPECE

Considerando-se a parcela das Outras Despesas Correntes não vinculadas a obrigações constitucionais, percebe-se que no primeiro trimestre de 2008, o Estado aumentou, em termos reais, seus gastos em 11,7%, quando comparado ao ano de 2007, principalmente no Material de Consumo, Diárias e Passagens, onde o aumento, em termos reais, foi de 51,04% no primeiro trimestre de 2008 comparado ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 3.10 – Outras Despesas Correntes– Parcela não vinculada à obrigações constitucionais



Fonte: Relatório de Execução Orçamentária - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008.

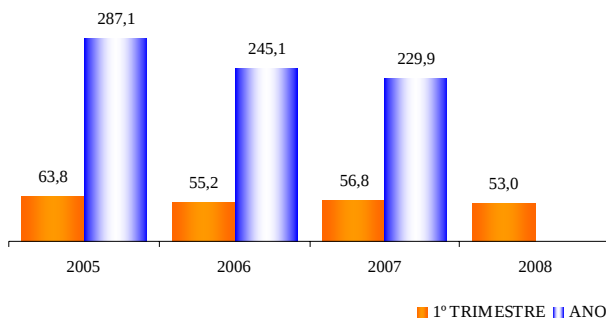
SERVIÇOS DA DÍVIDA

No primeiro trimestre de 2008, as despesas com os juros e encargos da dívida acumularam R\$ 53 milhões, uma queda real de 6,7% em relação ao mesmo período de 2007.

Já as amortizações totalizaram, no mesmo período, R\$ 92,7 milhões, registrando uma queda real de 14% quando comparada ao ano anterior.

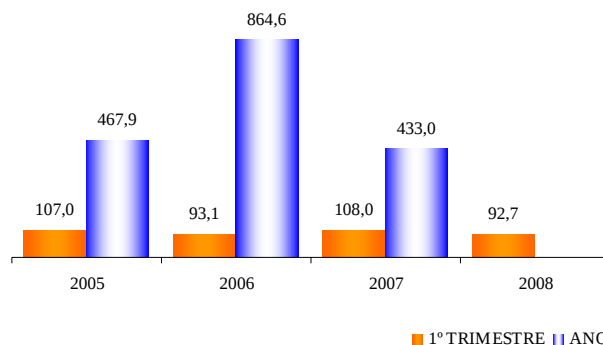
O Serviço da Dívida caiu substancialmente no período do primeiro trimestre de 2008 apresentando um montante de R\$ 145,7 milhões, devido principalmente à queda das amortizações da dívida.

GRÁFICO 3.11 – Juros e Encargos da Dívida a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 3.12 – Amortizações a Preços Constantes



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

TABELA 2 - SERVIÇO DA DÍVIDA – 1º TRIMESTRE

	2005	2006	2007	2008
Amortizações	107,0	93,1	108,0	92,7
Juros e Encargos	63,8	55,2	56,8	53,0
Serviço da Dívida	170,8	148,3	164,8	145,7

Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008.

4 –FUNDEB

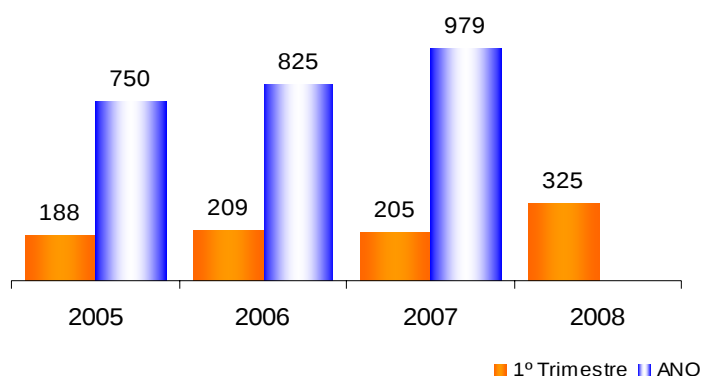
O aporte do Governo Estadual no FUNDEB totalizou, no primeiro trimestre de 2008, R\$ 325 milhões, um aumento real de 59% com relação ao mesmo período de 2007.

O retorno, no primeiro trimestre de 2008, totalizou R\$ 129 milhões, mais do que o dobro do retorno do mesmo período de 2007. É importante registrar que o retorno do FUNDEB com relação ao aporte aumentou, em termos reais, de 28% em 2007 para 40% no primeiro trimestre de 2008.

A explicação deste fato é que a partir de 2007 o FUNDEB passou a contemplar o Ensino Médio, o que não ocorria sob a vigência do FUNDEF.

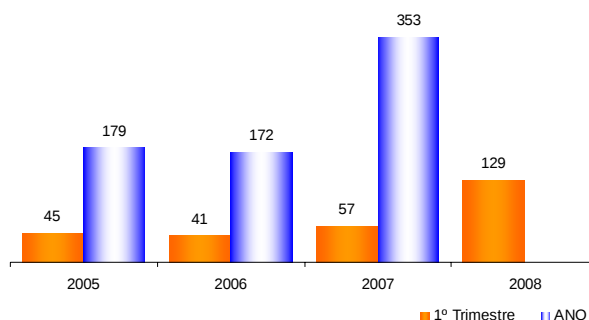
Apesar de passar a absorver maior parcela que aporta, a perda do Estado com o fundo aumentou 34% no primeiro trimestre de 2008 se comparado com o mesmo período de 2007, resultando R\$ 197 milhões. Este aumento deve-se basicamente ao aumento significativo das receitas que compõem o fundo.

GRÁFICO 4.1 – Aporte do Fundo



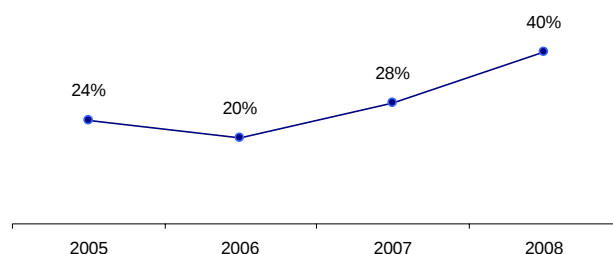
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 4.2 – Retorno do Fundo



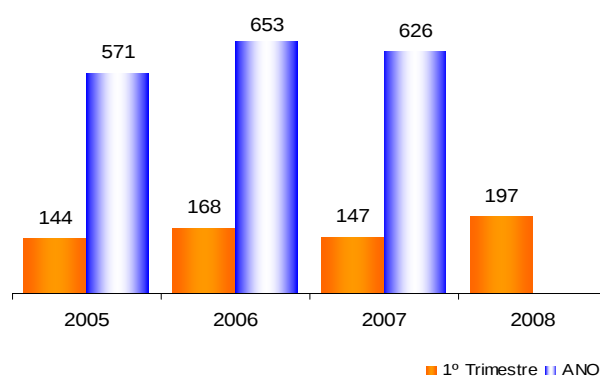
Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

GRÁFICO 4.3 – Retorno do Fundo (% do Aporte) – 1º trimestre



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.4 – Perda do Fundo



Fonte: SEFAZ – Elaboração IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008

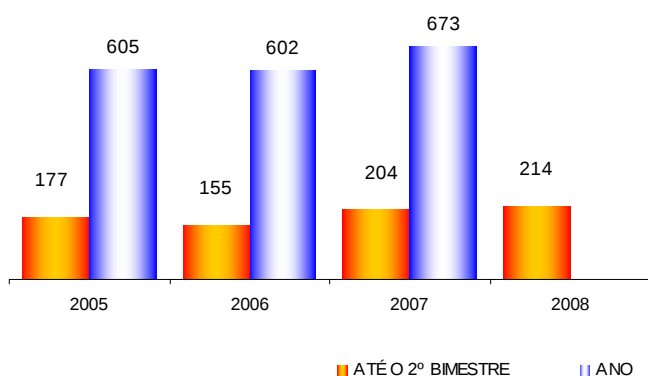
5 – PREVIDÊNCIA

As despesas com inativos e pensionistas vêm apresentando elevações anuais contínuas, porém com uma velocidade menor.

Até o segundo bimestre de 2008, os gastos com a previdência totalizaram R\$ 343 milhões, valor 2,4% superior ao do mesmo período de 2007, em termos reais. Neste sentido, a relação entre essas despesas e a Receita Corrente Líquida (RCL), fechou em 13,4%.

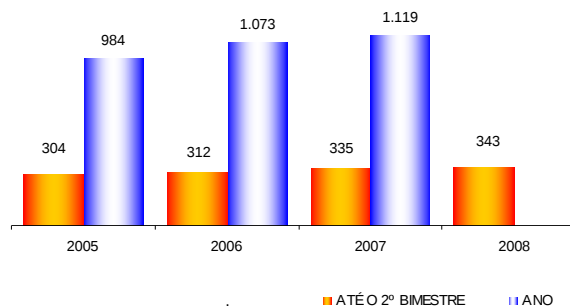
Por outro lado, as receitas previdenciárias aumentaram em 5%, totalizando R\$ 214 milhões até o segundo bimestre de 2008. Este aumento no lado das receitas, mesmo com o crescimento das despesas previdenciárias, resultou em uma queda do déficit previdenciário nos dois primeiros bimestres de 2008 que fechou em R\$130 milhões.

GRÁFICO 5.1 – Receitas Previdenciárias a preços Constantes



Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 2º bimestre de 2008

GRÁFICO 5.2 – Despesas com Inativos e Pensionistas a Preços Constantes

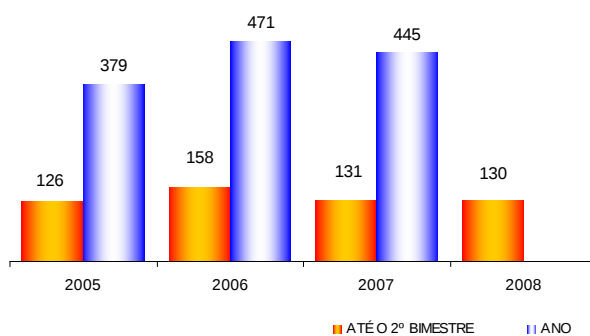


Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 2º bimestre de 2008

GRÁFICO 5.3 – Despesas Previdenciárias (% RCL)



GRÁFICO 5.4 – Déficit Previdenciário a Preços Constantes



Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 2º bimestre de 2008

6 – A DÍVIDA DO ESTADO

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) é composta pelas dívidas interna e externa, além das garantias assumidas junto à COHAB, FUNECE e FUSEC e parcelamentos junto ao INSS e PASEP, deduzindo-se os ativos financeiros.

A DCL sofreu uma redução significativa no primeiro trimestre de 2008. Neste período, o saldo da dívida, em termos reais, caiu aproximadamente 30% com relação a 2007.

Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Consolidada Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, no primeiro trimestre de 2008, a 31% do total da Receita Corrente Líquida. Esta queda foi devido principalmente, à grande disponibilidade de ativos financeiros em caixa.

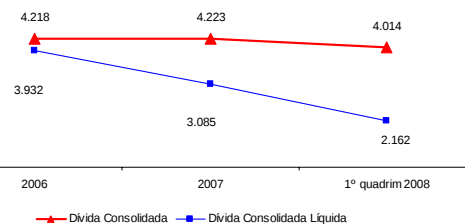
A relação Dívida/PIB vem caindo desde 2004, chegando a 6%, no ano de 2007.

TABELA 3: DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

	2006	2007	1º quadrim. 2008
Dívida Consolidada	4.464	4.027	4.014
Ativo Financeiro	264	1.085	1.851
Dívida Consolidada Líquida	4.199	2.941	2.162
Receita Corrente Líquida	6.032	6.550	7.038
DC/RCL	0,74	0,61	0,57
DCL/RCL	0,70	0,45	0,31
PIB	44.234	48.101	-
DCL/PIB	0,09	0,06	-

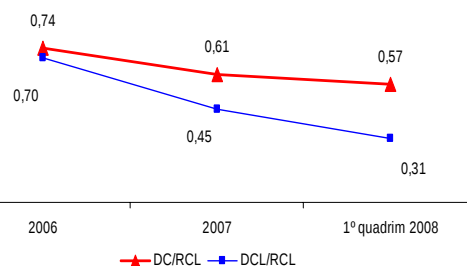
Fonte: SEFAZ/ IPECE - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, valor corrente.

GRÁFICO 6.1- Dívida a Preços Constantes



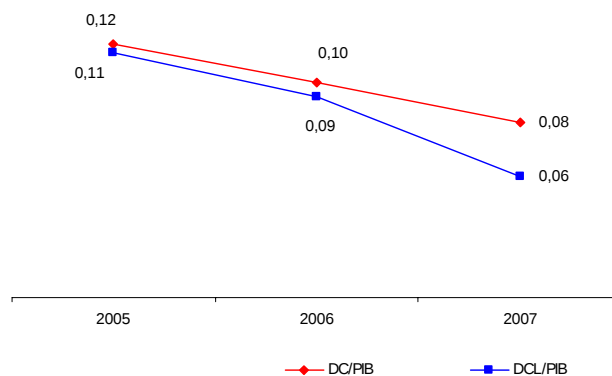
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º quadrimestre de 2008

GRÁFICO 6.2- Dívida / RCL



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º quadrimestre de 2008

GRÁFICO 6.3 - Dívida / PIB



Fonte: SEFAZ / IPECE - Elaboração: IPECE
Obs: PIB calculado com a nova metodologia IPECE/ IBGE

EM RESUMO

Descrição	Valor	Variação 1ºTrim. 2008 1ºTrim. 2007
Resultado Primário	666,00	25
Resultado Nominal	566,00	43
Operações de Crédito	20,00	55
Juros da Dívida*	19,00	-51
Amortizações*	101,00	-1,9
Receita Orçamentária	2.319,00	21
Despesa Orçamentária	1.722,00	3,6
Receitas		
ICMS	1.081,00	17,5
IPVA	158,30	16
FPE	874,00	27,4
Operações de Crédito	20,00	55
Despesas		
Pessoal Ativo	519,00	-4,2
Investimentos	45,00	181
Inversões	17,77	788
O.D.C.	752,00	10,6
Serviço da Dívida	145,70	-11,5
Amortizações	92,70	-14
Juros e Encargos	53,00	-6,7
FUNDEB		
Aporte	325,00	59
Retorno	129,00	28
Perda	197,00	34
Previdência		
Receitas	214,00	4,9
Despesas	343,00	2,4
Déficit	130,00	-0,76
Dívida		
Dívida Consolidada	4.014,00	-0,32
Ativo	1.851,00	70,59
Dívida Consolidada Líquida	2.162,00	-26,5
DCL/RCL	-	31

Observações:

* Os Juros da Dívida e Amortizações referentes ao Resultado Nominal estão em valores correntes, enquanto que os demais valores estão corrigidos pelo IPCA a preços do 1º trimestre de 2008.

GLOSSÁRIO

Despesas Discricionárias:

São as despesas consideradas no cálculo do resultado primário como não obrigatórias. Basicamente, despesas de outros custeios e capital que não estão vinculadas a obrigações legais ou constitucionais. Os principais componentes são os Serviços de Terceiros e Locação de Mão-de-Obra, o Material de Consumo, Diárias e Passagens, as Despesas com Exercícios Anteriores, e Outros.

Dívida Consolidada Líquida:

É o montante das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 meses, tenham constado como receita no orçamento deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

FUNDEF: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Criado em 14 de setembro de 1996 financiou o Ensino Fundamental no país (1ª a 8ª série) até 2006.

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação.

O novo fundo criado em 06 de dezembro de 2006, regulamentada pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, o qual substitui o FUNDEF, atende não só o Ensino Fundamental como também a educação infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

APORTE: É a dedução de receita para a formação do fundo.

RETORNO: O valor deduzido da receita vai para o Governo Federal, o qual retorna um montante destinado às escolas estaduais, cuja metodologia de cálculo depende do número de matrículas na rede pública estadual. O restante é destinado às escolas públicas municipais.

PERDA: É a diferença entre o APORTE e o RETORNO. Denomina-se perda porque o cálculo para o fundo depende do número de matrículas nas escolas públicas estaduais. Como a quantidade de escolas estaduais é bem menor que as municipais, o Estado “perde”, em termos de valor, para as escolas municipais o valor que seria aplicado para o ensino nas escolas estaduais.

Investimentos

São despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões Financeiras

São as despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e constituição ou aumento de capital de empresas.

Operação SWAP

Em 2004 foi realizado um acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial denominada Operação SWAP.

A Operação SWAP que em sua primeira parte compreendeu o período entre os anos de 2005 a 2007, configurou-se um projeto inovador que fez do Estado do Ceará uma referência em termos de empréstimos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), dentro da lógica de uma Gestão Baseada em Resultados.

O Objetivo da Operação SWAP I foi fortalecer os programas sociais Governo do Ceará por intermédio de aporte financeiro para o financiamento do PPA 2004 – 2007 e da melhoria da gestão fiscal e financeira do Tesouro Estadual.

O projeto da Operação SWAP II tem por finalidade manter os avanços sociais conquistados pelo Estado do Ceará nos últimos anos, tornando-os permanentes a partir do crescimento econômico sustentado. Nesse sentido, ele apoiará uma agenda de investimento programado no PPA 2008 – 2011 ligado à prestação de serviços sociais de educação, saúde e saneamento e de promoção do crescimento econômico do Estado.

Resultado Primário

Avalia se o Governo está ou não vivendo dentro de seus limites orçamentários, ou seja, contribuindo para a redução do endividamento do setor público.

Resultado Nominal

Este resultado indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, o setor privado e o resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias.

Serviço da Dívida:

Classificação do orçamento que compreende juros, encargos e amortizações das dívidas interna ou externa, com vencimento no correspondente exercício. É necessário observar a diferença entre “Serviço da Dívida” e “Encargo da Dívida”. Encargo da dívida é uma classificação econômica do orçamento, dentro de despesas correntes: juros e encargos da dívida (não considera as amortizações da dívida).